



	INFLAÇÃO	IPCA do IBGE (em %)
Março/2007	0,37	
Abril/2007	0,25	
Mai/2007	0,28	
Junho/2007	0,28	
Julho/2007	0,24	

Economia - Brasil

INSTABILIDADE

Turbulência nos mercados leva bancos a interromperem o corte nos juros, tornando mais cara a vida dos brasileiros e das empresas que pegam dinheiro emprestado. Taxas podem subir ainda em agosto

Crise chega ao bolso

VICENTE NUNES
DA EQUIPE DO CORREIO

Acrise financeira internacional, que, na avaliação do governo, não afetará a economia brasileira, já está batendo no bolso dos consumidores e no caixa das empresas. Nos primeiros 15 dias de agosto, quando o estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos fez seu maior estrago, bancos e financeiras interromperam o processo de queda das taxas de juros de empréstimos e financiamentos — a primeira parada neste ano. De janeiro a julho, a taxa média cobrada das pessoas físicas havia encolhido 5,1 pontos percentuais, para 47% ao ano. No caso das empresas, o recuo foi de 3,2 pontos, para 23% anuais. "Ainda não dá para dizer que se trata de um movimento definitivo. Mas é certo que, nos primeiros 15 dias de agosto, a crise freou a queda dos juros", disse o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes.

Ele afirmou que, para os consumidores, as turbulências que vieram do exterior só não resultaram em aumento dos juros na primeira quinzena deste mês porque as instituições abriram mão

de parte de seus ganhos, ao cortarem em 0,4 ponto o chamado *spread* bancário. Foi exatamente essa alta registrada no custo de captação do sistema, ou seja, na taxa paga pelos bancos para os investidores que têm recursos de sobra para aplicar. É esse dinheiro que as instituições repassam a pessoas físicas e a empresas por meio de todas as linhas de crédito. A taxa de captação saltou de 10,7% para 11,1% ao ano do final de julho até o último dia 15.

"Mesmo tendo uma elevação de custo de captação de recursos, bancos e financeiras preferiram não repassá-la aos tomadores de empréstimos porque não querem perder mercado e, principalmente, porque não sabem se a crise atual é passageira ou não", explicou o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes. "Eu, particularmente, acredito que os juros aos consumidores fecharão este mês em alta, mesmo que pequena", acrescentou economista-chefe do Banco ABC Brasil, Luís Otávio de Souza Leal.

Segundo Leal, além de pagarem um pouquinho mais para os investidores, bancos e financeiras

estão se baseando no mercado futuro de juros para formar as taxas que cobram da clientela. No final de julho, os juros dos contratos de 2009 estavam em 10,94% ao ano. Saltaram para 12,14% no dia 16 de agosto — período ainda não captado pelo levantamento do Banco Central — e fecharam ontem em 11,59%.

"Portanto, mesmo recuando um pouco, com a diminuição do nervosismo nos mercados, os juros futuros mudaram de patamar. E as instituições financeiras tenderão a incorporar isso nos financiamentos e empréstimos aos consumidores e empresas", afirmou a economista Tatiana Pinheiro, do Banco Real ABN Amro. Que fez outra ressalva: "Há outro ponto a ser considerado na elevação dos juros futuros. A inflação subiu e, quando anualizada, já está acima de 4%".

Demandax renda

Mesmo que os juros subam, nem Leal nem os economistas da CNC e do Banco Real acreditam no enfadilhamento da demanda por crédito. Para eles, o que pesará mais na decisão das famílias de tomarem um empréstimo ou financiarem bens de consumo será o aumento da renda. Como os salários

estão subindo acima da inflação em boa parte das categorias profissionais, o número de empregos está crescendo e há uma forte formalização da mão-de-obra, o consumo continuará forte e o crédito será um importante instrumento para reforçar o poder de compra. Há, ainda, outra característica importante dos consumidores brasileiros que compram a prazo. Eles não olham para os juros, mas, sim, se as prestações cabem no orçamento familiar.

"Do lado das empresas, com o nível da atividade forte e o país crescendo perto de 5% ao ano, os investimentos no aumento da produção vão permanecer", frisou o economista do ABC Brasil. Em julho, o volume total de crédito da economia brasileira bateu em R\$ 813,4 bilhões, o equivalente a 32,7% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas pelo país. É a maior relação entre crédito e PIB desde novembro de 1995, quando criavam 33%. Entre as pessoas físicas, as operações estão sendo puxadas pelo segmento de automóveis, especialmente pelo *leasing*, uma espécie de aluguel em que, no final do contrato, os consumidores têm o direito de ficar com o veículo.

